



**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
COSTA RICA – MATO GROSSO DO SUL**

Proc. Nº 131 /2022
Fls. Nº 276 e



CONTRATO Nº 280/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COSTA RICA - SAAE E A EMPRESA HIDRO OESTE PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS LTDA.

O SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COSTA RICA – MATO GROSSO DO SUL, pessoa jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no CNPJ Nº 00.202.770/0001-17, com sede a Rua José Narciso Totó 414, centro nesta cidade de Costa Rica – MS, por força da Resolução 88/2018 TCE/MS e Portaria Municipal 14.847/2021 representada pelo Diretor Geral Sr. **Cesarino Candido Narcizo**, brasileiro, casado, portador do CPF 298.387.031-68 e RG 146331 SSP/MS, residente e domiciliado na Rua: João de Almeida Leite Nº253, Bairro Vila Nunes, nesta cidade e comarca de Costa Rica – MS, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a **EMPRESA HIDRO OESTE PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 08.055.699/0001-07, com sede à Rua Regente Feijó, 2991, bairro Vila Mineira, na cidade de Andradina/SP, neste ato representada pelo Sr.(a) Aline dos Santos Ferreira Casseiro, brasileira, RG nº 40.360.863-6, CPF nº 341.479.338-58, residente e domiciliado na Rua José Augusto de Carvalho, 2270, Bairro Stella Maris, Andradiana-SP, doravante denominada **CONTRATADA** celebram o presente Contrato, com vinculação da **Tomada de Preços nº 01/2022, Processo nº 131/2022** e à Lei nº 8.666, de 21.06.93, com suas alterações subseqüentes e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto a **Contratação de empresa para perfuração de dois poços tubulares profundos, localizados nas Estações de Tratamento – ETAs: Rua das Torres, Quinhão 11, Lote 01, Vila Santana e Rua Carambola, nº 573, esquina com a Rua Vitória Régia, Quadra 07, Lotes 03 e 04, Bairro Flor do Campo**, tudo de conformidade com os anexos, projeto básico, planilhas, etc, e Proposta da Contratada anexados ao processo licitatório do qual este contrato é parte integrante, e que em virtude disso passam integrar este Instrumento como se nele transcritos estivessem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.1 Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a CONTRATANTE se obriga a:

2.2 Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;

2.3 Permitir o livre acesso da CONTRATADA aos locais onde serão realizados os serviços;

2.4 Promover a retenção na fonte de impostos, taxas, contribuições de natureza Federal, Estadual e Municipal.

Aline dos Santos F. C.



CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste Contrato e na legislação pertinente, as seguintes:

3.1.1. Cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que no prazo estabelecido, as obras e os serviços sejam entregues inteiramente concluídos e acabados, em perfeitas condições de uso e funcionamento;

3.1.2. Observar, na execução das obras e dos serviços, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança e medicina do trabalho e de segurança pública, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

3.1.3. Providenciar, as suas expensas, junto às repartições competentes, o necessário licenciamento das obras e serviços, as aprovações respectivas, inclusive de projetos complementares, a ART, o “Alvará de Construção”, quando for o caso;

3.1.4. Fornecer equipamentos, instalações, ferramentas, materiais e mão-de-obra necessários à instalação e manutenção do canteiro de obras;

3.1.5. Instalar escritórios adequados para a fiscalização das obras, cuja planta será previamente aprovada pela fiscalização da CONTRATANTE;

3.1.6. Fornecer e utilizar na execução das obras e dos serviços, equipamentos e mão-de-obra adequados e materiais novos e de primeira qualidade;

3.1.7. Executar ensaios de laboratório da sub-base e base, verificações e testes de materiais e de equipamentos ou de serviços executados, bem como acompanhamento tecnológico da obra, quando exigidos pela fiscalização, tudo às suas expensas;

3.1.8. Realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à CONTRATANTE, quando exigida, cópia dos documentos de quitação;

3.1.9. Remover as instalações provisórias da obra, ao seu término;

3.1.10. Dar integral cumprimento ao Projeto Básico, Cronograma Físico-Financeiro, bem como sua proposta e o Edital, os quais passam a integrar este Instrumento, independentemente de transcrição;

3.1.11. Manter no canteiro de obras cronograma físico-financeiro atualizado, planilha orçamentária, memorial descritivo, especificações técnicas e cópia das medições;

3.1.12. Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;



**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
COSTA RICA – MATO GROSSO DO SUL**

Proc. Nº 131 /2022
Fls. Nº 238 E



3.1.13. Apresentar seus empregados convenientemente uniformizados e/ou com identificação mediante crachás;

3.1.14. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir.

3.2 Responsabilizar-se:

3.2.1 por quaisquer danos causados por seus empregados, dentro da área e das dependências dos locais onde serão executados os serviços;

3.2.2. por quaisquer acidentes na execução das obras e dos serviços, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem a destruição ou danificação da obra, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do "Termo de Recebimento Definitivo da Obra" e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

3.2.3. pela estabilidade da obra e o perfeito e eficiente funcionamento de todas as suas instalações, responsabilidade esta que, na forma da lei, subsistirá mesmo após a aceitação provisória ou definitiva da obra;

3.2.4. pela qualidade e a quantidade dos materiais empregados, assim como o processo de sua utilização, cabendo-lhe, inclusive, a execução das obras e dos serviços que, não aceitos pela fiscalização, devam ser refeitos;

3.2.5 pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à obra, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário;

3.2.6. pela matrícula individual da obra no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), devendo apresentar à CONTRATANTE o documento comprobatório;

3.2.7. pela correção dos defeitos notificados pela CONTRATANTE ou pela Fiscalização, a CONTRATADA terá 20 (vinte) dias úteis;

3.2.8. Manter no canteiro de obras pela CONTRATADA, cópias dos projetos arquitetônicos e complementares de engenharia, em pranchas;

3.2.9. Fornecer, na entrega da obra, todos os projetos atualizados com todas as alterações porventura efetuadas durante a execução da obra;

3.2.10. Refazer os serviços, sem ônus para o CONTRATANTE, caso não atendam as especificações, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

Aline dos Santos F. C.



**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
COSTA RICA – MATO GROSSO DO SUL**

Proc. Nº 131 /2022
Fls. Nº 239_c



- 3.2.11. Providenciar e manter na obra Livro Diário onde serão registradas, pelas partes, todas as ocorrências julgadas relevantes;
- 3.2.12. Livro Diário deverá conter Termo de Abertura assinado por ambas as partes e páginas numeradas, sendo que cada página deverá ser composta de três vias de mesma numeração, sendo duas destacáveis e uma fixa;
- 3.2.13. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 3.2.14. Indicar representante aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do Contrato;
- 3.2.15. Permitir e facilitar, em seu canteiro de obras, o trabalho de terceiros, autorizados pela CONTRATANTE;
- 3.2.16. Manter na direção da(s) obra(s), profissional(is) legalmente habilitado(s) pelo CREA, que será(ão) seu(s) preposto(s);
- 3.2.17. Manter seguro para garantia de pessoas e bens, cuja apólice (cópia autenticada) deverá ser apresentada à contratante (quando aplicável);
- 3.2.18. Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa no cumprimento do contrato, venham direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados, à contratada ou à terceiros;
- 3.2.19. aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, como disciplina o artigo 65 letras d § 1º Inciso II da Lei 8666/93.
- 3.2.20. executar ensaios, verificações e testes de materiais e de equipamentos ou de serviços executados, bem como acompanhamento tecnológico da obra, quando exigidos pela fiscalização, tudo às suas expensas;
- 3.2.2.1 Cumprir o disposto na Portaria nº 037/2019, com o seguinte teor:

PORTARIA nº. 037, DE 21 DE JUNHO DE 2019. Estabelece normas complementares a serem aplicadas aos procedimentos licitatórios do Serviço Municipal de Água e Esgoto Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul. O SENHOR ANTONIO DIVINO FÉLIX RODRIGUES, Diretor Geral do Serviço Municipal de Água e Esgoto de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 13.873, de 16 de março de 2018.
D E C R E T A:

Art. 1º Além das exigências contidas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais legislações específicas, os procedimentos licitatórios para a contratação de bens e serviços no âmbito do Serviço Municipal de Água e Esgoto obedecerão às disposições desta Portaria.

Art. 2º O recebimento de bens e a execução de serviços contratados deverão ser atestados por 2 (dois) servidores, que verificarão a compatibilidade com as especificações do edital de licitação correspondente, bem como a qualidade, o prazo de validade, a marca e as condições da embalagem do bem, quando for o caso. Parágrafo único. Todo bem perecível deverá, na

Aline dos Santos F. C.



**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
COSTA RICA – MATO GROSSO DO SUL**

Proc. Nº 131 /2022
Fls. Nº 270e



data de entrega, dispor de prazo de validade igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da validade total do produto.

Art. 3º Os procedimentos para o pagamento de bens e serviços contratados será sempre instruído com a nota fiscal correspondente e os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor.

§ 1º Para os fins deste artigo, são documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, cumulativamente:

I - Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive quanto às contribuições previdenciárias;

II - Certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

IV - Certidão Negativa de Débitos Estaduais, exceto para o prestador de serviços;

V - Certidão Negativa de Débitos Municipais.

§ 2º Para efeitos de pagamento, será considerada regular a certidão vigente na data de emissão da nota fiscal correspondente

§ 3º Sempre que possível, poderá ser consultado o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, do governo federal, para a verificação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor.

Art. 4º Os pagamentos obedecerão rigorosamente ao cronograma mensal estabelecido pelo Serviço Municipal de Água e Esgoto. Parágrafo único. As notas fiscais apresentadas fora do cronograma serão liquidadas no mês subsequente.

Art. 5º Os editais licitatórios deverão constar as disposições desta Portaria.

Art. 6º Ficam revogados:

I – a Portaria nº 021, de 13 de fevereiro de 2019; e

II – a Portaria nº 022, 13 de fevereiro de 2019.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Costa Rica MS, 21 de junho de 2019.

3.2.2.2. Manter o canteiro de obra limpo, livre de materiais que possam acumular água, evitando a proliferação do aedes aegypti, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.232/2015 de Combate à Dengue no município de Costa Rica;

3.3. É obrigação da Contratada assinar os documentos pertinentes ao presente contrato (aditivos e apostilamentos) no prazo máximo de cinco dias do recebimento dos mesmos, postando as vias originais aos cuidados do Departamento de Licitações do município de Costa Rica, juntamente com a documentação complementar, caso seja exigida.

3.3.1. Após assinado o contrato, o Contratado tem até 30 (trinta) dias para se manifestar nos autos, apontando eventual inconsistência referente a parte técnica (projetos, planilhas, etc...) de maneira que, decorrido tal prazo, decai o direito a qualquer manifestação posterior referente eventual erro/inconsistência, de modo que não será realizado nenhum aditivo para correção nesse sentido. Os aditivos previstos em lei (prorrogação, reequilíbrio/reajuste, acréscimo/supressão) somente serão deferidos, após análise profunda da real necessidade, devendo inclusive haver manifestação positiva da Contratante nesse sentido.

3.3.2. A falta de manifestação no prazo citado acima, acarretará a preclusão de qualquer manifestação futura no que tange inconsistência técnica, ficando a contratada obrigada a arcar com todas as despesas oriundas de eventuais inconsistências, que deixou de alegar no prazo acima.



**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
COSTA RICA – MATO GROSSO DO SUL**

Proc. Nº 131 /2022
Fls. Nº 281 E



3.3.3. Se houver a necessidade, a contratada deverá fazer impressão do documento (contrato, aditivo, apostilamento etc.) com devido zelo para que a assinatura digital (nos casos em que se aplicar) não tenha nenhuma rasura, borrão e esteja totalmente legível, observando nesse caso a configuração da margem do documento, onde não será aceito documento fora desse padrão mencionado.

3.4. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

3.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

3.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;

3.7. Garantir a qualidade dos serviços e materiais ofertados, sob pena de sofrer as sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações bem como legislações correlatas; Comunicar com a Autarquia SAAE com antecedência caso haja algum fato excepcional que impeça a entrega dos produtos/serviços no local ou data previamente estabelecidos;

3.9. Havendo necessidade, arcar com todas as despesas referentes às passagens aéreas, traslado, alimentação e hospedagem dos empregados, prepostos ou subordinados da empresa referentes à realização do serviço a ser contratado;

3.10. Atender as despesas e encargos de qualquer natureza como o seu pessoal envolvido na realização dos serviços, responsabilizando-se pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho e outras;

3.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

3.12. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretária, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência aos mesmos, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto contratado;

3.13. Manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos relacionados ou não com a prestação dos serviços/produtos deste Contrato;

3.14. Prestar os serviços de acordo com o cronograma estabelecido e no horário e local estabelecido;

3.15. Utilizar todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPI referentes à execução dos serviços contratados;

Aline dos Santos F. C.
[assinatura]



**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
COSTA RICA – MATO GROSSO DO SUL**

Proc. Nº 131 /2022
Fls. Nº 2826



- 3.16. Permitir o acompanhamento da execução e fiscalização da execução contratual;
- 3.17. Indicar que os profissionais que executarão os serviços estejam devidamente identificados;
- 3.18. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS - REAJUSTE

4.1 O presente Contrato é de **R\$ 1.908.936,99 (um milhão e novecentos e oito mil e novecentos e trinta e seis reais e novecentos e noventa e nove centavos)**, de acordo com os valores especificados na Proposta, Cronograma Físico-Financeiro e planilha apresentada. Podendo o valor ser aditado, desde que seja devidamente justificado, conforme preceitua o artigo 65, inciso II, § 1º. da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações.

4.2. Em relação à concessão de reajuste, o critério a ser utilizado para análise da verificação efetiva do custo será com adoção de índices de preços compatíveis ao objeto licitado, sendo adotado o índice que for mais vantajoso para o Município, podendo ser IGP-M, IPCA, INPC, após análise detida de cada caso.

4.3. Somente poderá ser concedido reajuste de preços quando houver decorrido 12 meses da data de apresentação da proposta pela empresa, e o pagamento referente ao reajuste será realizado apenas após a entrega da obra/serviço 100% concluído.

4.4. Em relação à concessão de reequilíbrio, conforme preceitua o Art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, o mesmo poderá ser concedido, apenas em casos excepcionais, imprevisíveis, motivos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, sendo que a empresa deve comprovar o desequilíbrio contratual, comprovando a ocorrência de fatos supervenientes e imprevisíveis, retardadores ou impeditivos da execução da obra ou serviço ao valor pactuado no contrato.

4.4.1. Para obtenção do reequilíbrio a empresa deve comprovar os prejuízos sofridos, mediante apresentação de notas fiscais de materiais já adquiridos (antes do aumento e posterior ao aumento), reportagens de jornais, revistas ou internet demonstrando os aumentos sobre os preços dos itens e em caso de não comprovação, o reequilíbrio não será concedido.

4.4.1.1. O reequilíbrio visa manter o equilíbrio contratual para quem nem a Contratada e nem a Contratante tenham prejuízos sobre o contrato firmado, conforme estabelece ao Art. 65 da 8.666/93, deste modo, o mesmo incide apenas sobre os custos dos materiais utilizados na realização da obra ou serviço, não sendo em hipótese alguma, aplicado sobre o valor da mão de obra ofertada pelo licitante.

4.4.1.2. O cálculo de reequilíbrio será realizado sobre o saldo restante do serviço a ser executado pela Contratada.

Aline dos Santos F. C.
+



**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
COSTA RICA – MATO GROSSO DO SUL**

Proc. Nº 131 /2022
Fls. Nº 2836



4.4.2. Não será concedido reequilíbrio econômico-financeiro em período inferior a 4 meses, contados da data de apresentação da proposta, e nem da data de concessão do reajuste, se for o caso.

4.5 Todas as despesas decorrentes da execução dos serviços a que alude este Contrato, correrão à conta dos recursos consignados: Órgão: 11; Unidade: 11.15, Função: 17; Sub-Função: 512; Programa: 001; Projeto/Atividade: 2.155; Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00, Reduzido: 4744; Plano Plurianual: Lei 1634/2022, ou outra que a venha substituir.

CLÁUSULA QUINTA – DA NOTA DE EMPENHO E PAGAMENTO

5.1 A Nota de Empenho poderá ser emitida e expedida conforme as medições ou etapas contempladas.

5.2 O processo de medição e faturamento deverá ser apresentado conforme segue, de modo a se estabelecer condições que objetivam padronizar prazos, condições e forma de apresentação.

5.3 Medição e faturamento a preços iniciais que se compõe de:

- a) Apresentação de Certidões Negativas de Débitos de FGTS, INSS;
- b) Cópia da Guia de Recolhimento da Previdência Social - GRPS do mês de execução do serviço, devidamente quitada e autenticada em cartório, de conformidade com o "Demonstrativo de Dados Referente ao FGTS/INSS" do mesmo mês, exclusiva para cada serviço;
- c) Cópia da Guia de Recolhimento do **ISS** (Imposto Sobre Serviços) referente ao mês anterior àquele da execução do serviço. No último mês de medição/faturamento, além da guia do mês anterior, deverá ser apresentada também, a guia do próprio mês de faturamento, devidamente quitada e autenticada em cartório;
- d) Cópia da ART, retiva ao contrato de prestação dos serviços.
- e) Apresentação de Nota Fiscal/Fatura (especificar o Nº da Licitação, Nº do processo Nº do contrato Nº da Ordem de Serviço, período de execução, recurso e discriminar os serviços realizados no período).
- f) A documentação supra deverá ser apresentado e protocolado no mínimo em 1 (uma) via em local definido pela fiscalização.
- g) Uma vez apresentado e protocolado no prazo e havendo incorreção no processo e/ou falta de documentos, o mesmo será devolvido mediante cancelamento do protocolo.
- h) A empresa CONTRATADA poderá reapresentar a sua medição, com nova Nota Fiscal e protocolar nas condições indicadas acima, todavia o prazo utilizado para o procedimento de correção será o mesmo a ser dilatado no prazo determinado para vencimento e pagamento, não cabendo neste período a atualização monetária ou qualquer outro reajuste da fatura devolvida.

5.4 Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE em até **30 (trinta) dias** após a apresentação do processo de faturamento devidamente protocolado, correspondente aos projetos realizados pela contratada.

O pagamento da primeira medição ficará condicionado à apresentação dos seguintes comprovantes de pagamentos, cujas taxas deverão ser pagas pela CONTRATADA:



**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
COSTA RICA – MATO GROSSO DO SUL**

Proc. Nº 131 /2022
Fls. Nº 224 e



- a) registro da obra no CREA, conforme o caso;
- b) pagamento da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável técnico.
- c) apresenta a matrícula CEI junto ao INSS – Receita Federal

5.4.1 O pagamento da última medição, ficará condicionado a apresentação da CND junto a Receita Federal, sendo que a porcentagem de no mínimo 20% (vinte por cento) ficará retida até o cumprimento de tal exigência, bem como após a entrega total e completa do objeto licitado.

5.4.2 O representante da CONTRATANTE deverá conferir os serviços objeto do presente instrumento emitindo laudo circunstanciado, bem como atestar para efeito de emissão da Nota de Empenho/Nota Fiscal e posterior pagamento a ser feito à CONTRATADA.

5.4.4 Em se tratando de recursos oriundos de Convênios celebrados entre o Município e a União e/ou Estado, as medições/emissão de notas de empenho e pagamentos serão realizadas na conformidade do Convênio e consequente liberação dos recursos pelo conveniente.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA/PRAZO DE EXECUÇÃO/RECEBIMENTO DAS OBRAS/SERVIÇOS

6.1 A vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, ou seja, **do dia 29/06/2022** até o dia **29/06/2023**, admitida a prorrogação nos termos da lei, mediante termo aditivo, persistindo as obrigações acessórias, especialmente as decorrentes de correção de defeitos.

6.2 Na execução do Contrato serão observados os seguintes prazos:

A Ordem de Serviço será expedida num prazo de até 30 (trinta) dias da assinatura do Contrato.

1. O prazo de emissão do Termo de Recebimento Provisório é de 15 (quinze) dias, contado a partir da comunicação escrita da CONTRATADA informando a conclusão da etapa contemplada; após verificar o atendimento das condições contratuais.

2. O prazo de emissão do Termo de Recebimento Definitivo é de 30 (trinta) dias, contado a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, após a realização de inspeção, comprovando a adequação do objeto aos termos contratuais e desde que não haja pendência a solucionar. Para emissão do Termo de Recebimento Definitivo, a CONTRATADA deverá apresentar conjuntamente com Nota Fiscal/Fatura documento de regularidade fiscal e trabalhista.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – O início da execução das obras/serviços deverá ocorrer imediatamente após a Contratada receber a Ordem de Início dos Serviços (OIS), sob pena de rescisão contratual e observará os prazos e as etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro que constitui parte integrante deste Instrumento, devendo as obras serem executadas em até **240 (duzentos e quarenta) dias, podendo os mesmos serem adiantados ou retardados na conveniência das partes, neste caso deverá ser proposto a elaboração de planilha e cronograma readequado e competente Termo Aditivo.**



**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
COSTA RICA – MATO GROSSO DO SUL**

Proc. Nº 131 /2022
Fls. Nº 215 e



3. Da formalização de Termos Aditivos ao Contrato - Caso haja a necessidade de formalização de termo aditivo visando a prorrogação de prazo de execução de obra, a Contratada deve protocolar seu pedido no Departamento de Engenharia solicitando a prorrogação com antecedência mínima de 10 dias do término do prazo de execução estabelecido, comprovando mediante a apresentação de documentos, qual o motivo excepcional que a impediu de cumprir o prazo estabelecido, apresentando juntamente com o seu pedido todas as certidões de regularidade da empresa e o cronograma físico financeiro readequado.

4. Caso a empresa descumpra o prazo acima estabelecido, ou se a mesma não comprovar que o atraso é decorrente de fato superveniente e excepcional, fica caracterizado descumprimento de obrigação contratual, no que se refere ao prazo de execução firmado no contrato, motivo pelo qual poderão ser aplicadas as penalidades estabelecidas neste contrato, tais como: advertência, multa de mora de 0,5% sobre o valor do contrato por dia de atraso e até mesmo rescisão.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

7.1. O objeto deverá ser entregue em conformidade com os projetos, plantas, croquis, cronograma de execução e demais elementos integrantes deste instrumento.

7.2. A Contratada deve oferecer garantia de 5 anos em relação à execução da obra, a conforme estabelece o Art. 618 do Código Civil, a garantia legal é de 5 anos para que *"Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá durante o prazo irredutível de cinco anos pela solidez e segurança do trabalho, assim como em razão dos materiais e do solo"*.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.1. A **recusa da empresa vencedora em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração**, caracteriza o descumprimento total da obrigação, assumida pela empresa ao participar do certame, por este motivo, enseja advertência e multa no percentual de 10% sobre o valor da contratação, bem como rescisão unilateral.

8.2. O **atraso injustificado na entrega da obra ou serviço** sujeitará o contratado à penalidade de advertência e multa de mora no percentual de 0,5% sobre o valor da contratação por dia de atraso, até o limite de 10% sobre o valor da contratação.

8.3. Em casos de **inexecução parcial das obrigações do contrato**, ou execução irregular do contrato, bem como, contratado está sujeito à advertência, multa de mora no percentual de 10% sobre o valor do contrato, suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02(dois) anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízos para a Administração;

Aline dos Santos F. C.
[Handwritten signature]



**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
COSTA RICA – MATO GROSSO DO SUL**

Proc. Nº 131 /2022
Fls. Nº 286 e



8.4. A **reincidência de atrasos na entrega na execução ou entrega da obra ou serviço**, de forma injustificada **caracteriza a inexecução parcial do contrato**, face aos prejuízos gerados à Administração pública decorrentes dos atrasos nas entregas solicitadas e por este motivo, em analogia, aplicam-se as penalidades dispostas no item 11.1.3.

8.5. Caso a empresa, **mesmo após ter sido notificada em relação à inexecução parcial, ou reincidência de atrasos**, permaneça inerte, ou mesmos que se manifeste, mas não comprove a regularização, poderá, respeitado o contraditório e a ampla defesa, ser realizada a rescisão unilateral, aplicada multa compensatória no valor de 10% sobre o valor da contratação e a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízos para a Administração, enseja ainda declaração de inidoneidade;

8.6. Em caso, da **licitante não mantiver sua proposta, apresentar documentação falsa no certame, cometer fraude fiscal, falhar ou fraldar a execução do contrato**, comportar-se de modo inidôneo, à mesma poderá ser realizada a rescisão unilateral e aplicada a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação e a suspensão do direito, bem como, a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízos para a Administração, bem como, declaração de inidoneidade.

8.7. A sanção de advertência poderá ainda ser aplicada em demais casos de ocorrências relacionadas ao descumprimento de obrigações contratuais que não sejam tão graves, além dos casos já mencionados anteriormente.

8.8. Toda aplicação de penalidade deve respeitar o contraditório e a ampla defesa, conforme estabelece a legislação, observando-se a supremacia do interesse público sobre o do particular.

8.9 Por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista anteriormente, será aplicada multa de 10% (dez) por cento sobre o valor total do objeto contratual;

8.10. Em havendo a aplicação de penalidades passiva de multa os valores desta, serão deduzidos da garantia ofertada, quando exigida a garantia.

8.11. Fica facultada a defesa prévia da Licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

8.12. As sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Licitante, devidamente comprovadas perante o MUNICÍPIO DE COSTA RICA.

8.13. As sanções pelo descumprimento das obrigações contratuais estão previstas no Termo de Contrato, parte integrante deste Edital.

Aline dos Santos F. C.
#910



**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
COSTA RICA – MATO GROSSO DO SUL**

Proc. Nº 131 /2022
Fls. Nº 2876



9.14. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9.15. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante o Serviço Municipal de Água e Esgoto de Costa Rica/MS.

9.16. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

CLÁUSULA NONA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

a) Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do artigo 67 desta Lei;
- IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- XIII - a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do artigo 65 desta Lei;
- XVI - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o

Aline dos Santos F. C.
010



**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
COSTA RICA – MATO GROSSO DO SUL**

Proc. Nº 131/2022
Fls. Nº 28 e



direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XVIII - descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. (Inciso acrescentado pela Lei nº 9.854, de 27.10.1999, DOU 28.10.1999)

Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

b) A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII da alínea anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação;

§ 1º. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada de autoridade competente.

§ 2º. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII da alínea a, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização;

§ 3º. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

A rescisão de que trata o inciso I do artigo 79 da Lei 8666 acarreta as seguintes conseqüências, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 58 desta Lei;

Aline dos Santos F. C.
10



**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
COSTA RICA – MATO GROSSO DO SUL**

Proc. Nº 131 /2022
Fls. Nº 299 e



III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

§ 1º. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do artigo 80 da Lei 8666 fica a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º. É permitido à Administração, no caso de concordata do contratado, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

§ 3º. Na hipótese do inciso II do artigo 80 da Lei 8666, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Secretário Municipal, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1 A publicação do presente resumida por extrato, será providenciada até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, correndo as despesas a expensas da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. O Foro para solução de qualquer conflito decorrente do presente Contrato é o da Comarca de Costa Rica – Estado de Mato Grosso do Sul.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

12.1. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do contrato, estando sujeita às sanções previstas na legislação brasileira;

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Ao Contratante reserva-se ao direito de, diretamente ou por agente por ele designado, realizar inspeções ou auditorias nos registros contábeis e nos balanços financeiros da CONTRATADA relacionados com a execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL/ REGIME DE EXECUÇÃO

13.1 O presente contrato foi precedido de licitação realizada na modalidade prevista no artigo 22 Inciso II da Lei 8666/93. O regime de execução adotado para o presente contrato é aquele previsto no artigo 6º Inciso VIII alínea “e” da lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado. O presente instrumento poderá ser alterado no todo ou em partes, mediante Termo Aditivo, desde que verificado o interesse público.



**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
COSTA RICA – MATO GROSSO DO SUL**

Proc. Nº 131 /2022
Fls. Nº 230 E



Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, os servidores nomeados através da Portaria nº 052/2019, ou outras que venham a substituir. Fica nomeada ainda, o **Engenheiro Civil, Lucas Filgueira Neves, registro do CREA/GO 1016854609, Visto MS 34545** para promover a fiscalização da execução do objeto deste Contrato, nos termos da licitação e seus anexos, devendo todos os atos serem transcritos a termos.

Em relação a empresa Contratada, fica designado como responsável técnico, **Engenheiro José Lourenço Donega, inscrito no CREA/MS nº 2603538322**, indicado anteriormente pela mesma.

E, por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente Instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, juntamente na presença de 02 (duas) testemunhas, para todos os fins de direito.

Costa Rica – MS, 29 de junho de 2022.

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COSTA RICA
Cesarino Candido Narcizo
Ordenador de Despesas – Diretor Presidente do SAAE
Portaria nº 14.847/2021

ALINE DOS SANTOS FERREIRA
CASSEMIRO:341479338
58
HIDRO OESTE PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS LTDA
Aline dos Santos Ferreira Cassemiro

Assinado de forma digital por
ALINE DOS SANTOS FERREIRA
CASSEMIRO:34147933858
Dados: 2022.07.01 10:29:49
-03'00'

TESTEMUNHAS

Flávia Luana Silva Carvalho
CPF: 074.373.171-92

Eliane Gonçalves Bizarria Proença
CPF: 800.931.591-53